O liberto Napoleão e o movimento abolicionista, 1881–1884.[1]

Licinio Nunes de Miranda*

Resumo

O Ceará teve um papel essencial no movimento abolicionista, sendo o pioneiro a obter uma vitória significativa contra a escravidão através de um movimento popular, com os trancamentos do porto de Fortaleza ao comércio interprovincial de escravos, em 1881. Mais importante, foi a primeira província no Brasil a abolir a escravidão, em 1884. O que tem sido largamente negligenciada pela historiografia é a atuação do José Luís Napoleão (c.1830–1913) e de outros libertos. Este artigo reconstrói a sua vida, utilizando fontes primárias pouco conhecidas, e assim se tornando a primeira biografia de um dos principais líderes dos trancamentos do porto. Também analisa a fundação e desempenho do Clube dos Libertos, uma organização antiescravista formada por libertos. O principal argumento deste artigo é que a participação de Napoleão no movimento abolicionista e sua liderança nos sucessos iniciais foi decisiva, assim como o envolvimento de libertos, que serviram de grande fator dissuasório para possíveis represálias do governo. Inclusive, sua associação no Clube dos Libertos serviu para congregar elementos da sociedade que normalmente não teriam uma voz pública, dando ao movimento abolicionista cearense a aparência e consistência de um movimento organizado e realmente popular. A importância do movimento no Ceará para o resto do Brasil,

[1] O presente artigo é baseado em capítulo da tese de doutorado do autor, intitulada provisoriamente "Land of Light: Slavery, Freedpeople and Abolitionism in Brazil, 1880–1888" (Terra da luz: escravidão, libertos e abolicionismo no Brasil, 1880–1888) e que será defendida futuramente. As citações se baseiam no formato do Chicago Manual of Style. Agradeço ao meu orientador, doutor Jeffrey D. Needell, pela revisão, sugestões e comentários muito úteis.

* Doutorando em história pela Universidade da Flórida, nos Estados Unidos.

especialmente para seus desenvolvimentos posteriores e desfecho final, é significativa e estudiosos há muito a reconhecem. Mas a atuação de grupos sociais subalternos, particularmente a de libertos, ainda é pouco estudada. Este artigo propõe retirar Napoleão do esquecimento e o restaurar a um lugar de destaque na história do abolicionismo cearense.

Introdução

Em 8 de abril de 1884, o jornal britânico The Times publicou uma carta endereçada a seu editor, na qual o autor reportava que, na província brasileira do Ceará, a escravidão havia sido abolida no dia 25 de março. O autor era Joaquim Nabuco (1849–1910), uma das principais lideranças abolicionistas no Brasil. Na carta, Nabuco declarou que *"a importância de tal evento para o movimento antiescravista no Brasil não pode ser mensurado."*[2] Não foi exagero. Ao lado de Cuba, então colônia da Espanha, o Brasil era a única nação nas Américas em que a escravidão ainda era legal. Apenas alguns anos antes, a ideia de existir uma comarca, muito menos uma província inteira, sem pessoas escravizadas no Brasil seria considerada inconcebível. Mesmo assim, o Ceará se tornou a primeira província a erradicar a escravidão. Nabuco buscou explicar ao editor e leitores de The Times como aquilo se tornou realidade. *"Três anos atrás"*, ele disse, *"o Ceará tinha 30.000 escravos e agora... aquela província—sem ajuda alguma, pelo contrário, do governo central, através do entusiasmo pela liberdade que se apoderou de seu povo inteiro e que resultou na desistência espontânea por parte dos senhores de escravos de seus direitos de propriedade—está para sempre e como um todo livre da escravidão."*[3]

Nabuco então tentou explicar que o movimento abolicionista no Ceará *"em seu período final de recrudescimento foi, em grande senso, anônimo"*, e que *"foi iniciado e levado à sua conclusão, através de grandes dificuldades e obstáculos, pela associação antiescravista chamada 'A Cearense Libertadora'. Todos os líderes daquele pequeno grupo de abolicionistas sinceros e abnegados serão por muito lembrados naquele país."*[4] As

[2] The Times, 8 de abril de 1884, 4.

[3] Ibid.

[4] Ibid.

observações de Nabuco são bastante acuradas quanto ao que se passou, principalmente por ter se mantido informado através de correspondência por José Correia do Amaral (1847–1929), um dos principais líderes da Cearense Libertadora. Contudo, ele errou em sua apreciação do quanto aqueles envolvidos no movimento seriam relembrados, pois a maioria seria largamente esquecida, especialmente os homens e mulheres que foram escravos e que se juntaram a causa para libertar seus semelhantes.

Nabuco e José Correia eram provenientes de famílias brancas respeitáveis e relativamente abastadas, enquanto José Luís Napoleão, assim como sua mulher Luceta Pereira de Andrade e demais companheiros, eram geralmente libertos pardos. Suas vidas e sua associação abolicionista, o Clube dos Libertos, que aparentemente era afiliado a Cearense Libertadora, foram negligenciados por contemporâneos, particularmente nos anos posteriores a abolição, em sua criação do mito do movimento abolicionista, e também por estudiosos em geral, que mencionam Napoleão e o Clube dos Libertos de passagem somente, quando são mencionados de alguma maneira.5 Mesmo em anos recentes, a medida em que estudiosos voltaram suas atenções para grupos subalternos e sua atuação no abolicionismo brasileiro, o estudo sobre o Clube dos Libertos ainda é precário.[6]

---

5 Ver Raimundo Girão, A Abolição no Ceará, 2ª ed. (Fortaleza: SECULT, 1969) [1956], 91,94, 188, Robert Conrad, Destruction of Brazilian Slavery, 1850–1888 (Berkeley: University of California Press, 1972), 176, 186–192, Robert Brent Toplin The Abolition of Slavery in Brazil (New York: Atheneum, 1971), 97–98, Emilia Viotti da Costa, The Brazilian Empire: Myths and Histories (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2000) [1985], 166, Robert M. Levine, "'Mud-Hut Jerusalem': Canudos revisited," em The Abolition of Slavery and the Aftermath of Emancipation in Brazil, ed. Rebecca J. Scott, Seymour Drescher, Hebe Maria Mattos de Castro, George Reid Andrews, Robert M. Levine (Durham: Duke University Press, 1988), 126–128.

6 Ver Pedro Alberto de Oliveira Silva, História da escravidão no Ceará: das origens à extinção, 2nd ed. (Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011) [2002], 201, 213, Carlos Rafael Vieira Caxilé, "Olhar para além das efemeridades: ser liberto no Ceará" (Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005), 50, Mariana Almeida Assunção, "Escravidão e liberdade em Fortaleza, Ceará (século XIX)" (Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, 2009), 145, 150–151, 223–224, Angela Alonso, Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868–88) (São Paulo: Companhia das Letras, 2015), 39, 68, 147–148, 171, 206, Eylo Fagner Silva Rodrigues, "Os Párias da modernidade na 'Terra Da Luz': 'a gente ínfima' de Fortaleza no processo de regulamentação da mão de obra urbana (1877–1912)" (Tese de doutorado, Universidade Federal do Ceará, 2018), 62–63, Maria Yasmim Rodrigues do Nascimento, "Invenção da liberdade: o instituto histórico do Ceará e o discurso racial no centenário da abolição (1984)" (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Ceará, 2018), 75–77, Saulo Moreno Rocha, "Esboços de uma biografia de musealização: o caso da Jangada Libertadora (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018), 38–40.

Napoleão e seus companheiros importam, entretanto. Não apenas por sua cor e classe social, mas, porque o seu papel no movimento abolicionista cearense foi essencial para o seu eventual triunfo. As massas "anônimas", como descritas por Nabuco, tiveram uma grande parte da responsabilidade por eliminar a escravidão no Ceará. Como será visto, e é o argumento principal deste artigo, a participação de Napoleão e sua liderança nos sucessos iniciais foi decisiva, assim como o envolvimento de libertos na luta contra a escravidão, que serviram de grande fator dissuasório para possíveis represálias do governo. Inclusive, sua associação serviu para congregar elementos da sociedade que normalmente não teriam uma voz pública, dando ao movimento abolicionista cearense a aparência e consistência de um movimento organizado e realmente popular. A importância do movimento no Ceará para o resto do Brasil, especialmente para seus desenvolvimentos posteriores e desfecho final, é significativa e estudiosos há muito a reconhecem. O historiador Robert Conrad argumenta que *"a partir de 1879, o Ceará estava pronto para se tornar o centro de agitação no qual durante os próximos cinco anos inspiraria abolicionistas pelo país."*[7]

Abolição no Ceará, Conrad aponta, *"foi notável, e... serviu como um detonador para uma cadeia de explosões abolicionistas que começariam a destruir a escravidão do Amazonas à borda com o Uruguai."*8 Ceará não foi somente a primeira província no Brasil a abolir a escravidão, mas também o primeiro lugar em que um movimento popular logrou obter uma vitória significativa contra aquela instituição. Em 1881, Nabuco contou a The Times, através de uma série de greves coordenadas *"por jangadeiros pobres do Ceará, que se recusaram a transportar escravos da praia para os navios que deveriam levá-los para o sul"*, os portos daquela província foram completamente fechados ao comércio interprovincial de escravos.9 Napoleão foi o seu líder.

Apenas fragmentos da vida de Napoleão são conhecidos e, na maior parte, estudiosos têm repetido o breve relato do historiador Raimundo

---

7 Robert Conrad, Destruction of Brazilian Slavery, 1850–1888 (Berkeley: University of California Press, 1972), 125.

8 Conrad, Destruction, 189.

9 The Times, 1 de junho de 1883, 4.

Girão de que ele nascera na servidão, ocupara posição de chefia sobre capatazes de uma companhia privada no porto, fora casado com uma mulher chamada Simôa e comprara a sua liberdade e a de outros escravos, assim como de parentes.[10] Todo o resto está em branco. Estudiosos do abolicionismo no Ceará apenas recentemente se atentaram para a importância de registros cartoriais, mas assentos paroquiais da Igreja Católica, censos e documentos relativos a Guarda Nacional são igualmente valiosos para recriar as vidas de indivíduos, como Napoleão, que de outra maneira não deixariam memórias, diários ou registros públicos suficientes como aqueles de famílias mais abastadas e influentes.

Como a historiadora Marisa J. Fuentes sugere, estudiosos da escravidão e tópicos relacionados devem se contentar com *"arquivos que são parciais, incompletos, e estruturados por privilégios de classe, raça e gênero."*[11] Para recobrar a vida de Napoleão, Luceta e seus companheiros, é necessário restaurar suas individualidades e removê-los da "anonimidade". Este processo de recuperação é crucial porque permite um entendimento profundo de pessoas pardas e negras, particularmente de escravos, durante os anos decisivos do declínio da escravidão nas Américas. Este estudo é fundado na mesma premissa defendida pelas historiadoras Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard, em que *"o estudo cuidadoso de um local ou evento escolhidos, vistos bem de perto do solo, pode revelar dinâmicas que não são visíveis através das lentes mais familiares de região ou país."*[12]

O Napoleão brasileiro: a vida como um liberto

A vida de José Luís Napoleão pode ser reconstruída sobretudo por suas próprias palavras, em testamento de 1878, e por relatos dos abolicionistas

[10] Para uma lista de estudiosos que mencionam Napoleão, apenas brevemente, ver notas de rodapé anteriores. As exceções são Pedro Alberto de Oliveira Silva, que transcreve parte do testamento de Napoleão e Mariana Almeida Assunção, que apesar de não ter acesso ao dito testamento, fornece informação inestimável sobre o papel de Napoleão auxiliando escravos a comprarem suas manumissões. Ver Silva, História da Escravidão, 174, Assunção, "Escravidão e liberdade," 151n362, 223–224.

[11] Maria J. Fuentes, Dispossessed Lives: Enslaved Women, Violence, and the Archive (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016), 4.

[12] Rebecca Scott and Jean M. Hébrard, Freedom Papers: An Atlantic Odyssey in the Age of Emancipation (Cambridge: Harvard University Press, 2014) 4–5.

Rodolfo Teófilo (1853–1932) e Isaac Amaral (1859–1942), irmão mais novo de José Correia, publicados anos após seu falecimento. Ele nasceu em torno de 1830, presumivelmente no município do Icó, no interior do Ceará.[13] De acordo com ele próprio, era *"filho da parda liberta Benedita Maria do Rosário" e "foi escravo de dona Maria Adelaide do Sacramento, tendo se libertado à custa de esforçado trabalho e economia"*. [14] Com pode ser visto, Napoleão foi cuidadoso em observar que havia se tornado livre por esforço próprio, e não que sua liberdade lhe havia sido dada. Teófilo, que conhecia Napoleão desde que este chegara em Fortaleza, capital do Ceará, disse que ele havia requisitado a seu senhor que o permitisse trabalhar em Fortaleza e ganhar dinheiro para comprar sua manumissão, o qual lhe foi concedido devido a *"sua excelente conduta e capacidade para o trabalho."* [15]

Ele foi contratado como trabalhador na capatazia da Casa Inglesa, pertencente a companhia britânica Singlehurst & Co., carregando e descarregando mercadorias que levava sobre a cabeça. Muitas vezes eram sacas de algodão, o principal produto de exportação do Ceará, pesando sessenta quilos cada. Teófilo foi testemunha, quando da época em que atuava como caixeiro em um armazém de algodão: *"Era interessante ver trabalhadores, por fanfarrice, equilibrarem uma saca em pé na cabeça e*

[13] Napoleão é descrito como tendo 55 anos em 1880, 44 em 1883, 54 em 1887 e, em seu enterramento, 65 em 1913, o que o faria nascido em 1825, 1839, 1833 ou 1848, respectivamente. Ver Cearense, 26 de setembro de 1880, 5, "Guarda Nacional do Município de Fortaleza, Reserva, Parochia do Patrocínio," manuscrito, 1873–1896, em caixa 15, pasta 1883, Fundo: Guarda Nacional, Código: BR APEC, GN, Fortaleza, Arquivo Público do Estado do Ceará, Fortaleza, Ceará (daqui em diante: APEC), Arrolamento da população da cidade de Fortaleza, Freguesia do Patrocínio, manuscrito, 1887, 109–110, Fundo: Chefatura da Polícia, APEC, Livro de Sepultamentos, v.18, manuscrito, 1912–1915, 55–56, Cemitério São João Batista, Fortaleza, Ceará (daqui em diante: CSJB). Ele alega ser natural do Icó em seu testamento, e aquele município também é declarado como seu local de origem, no registro de enterramento, mas não foi possível encontrar seu registro de batismo.

[14] "Testamento solemne que faz Jose Luis Napolião," Livro de notas, v.8, 118, 30 de outubro de 1878, manuscrito, 1º Cartório de Fortaleza, APEC.

[15] Rodolfo Teófilo, "Abolição no Ceará: um heroe esquecido," Gazeta de Notícias, 4 de junho de 1930, 1. Teófilo alegou que Napoleão se mudara do norte do Ceará para Fortaleza. Ou ele cometeu um engano, visto que o Icó é localizado no interior, ou Napoleão foi do Icó para algum outro lugar no norte cearense antes de ganhar sua liberdade. Sou extremamente grato a historiadora Patrícia Pereira Xavier do Divino por ter me fornecido cópia deste jornal, sem a qual este artigo não teria sido possível.

entrarem de mar adentro, até os peitos e atirarem-na dentro da lancha! E assim mesmo com este embarque vexatório todo o algodão que produzia a província embarcava."[16] Seguindo uma excursão ao Ceará, o botânico Louis Agassiz (1807–1873) forneceu uma descrição também vívida dos trabalhadores do porto: *"Numerosas embarcações, carregadas, eram sacudidas pelas vagas, e o fragor destas sobre as pedras se misturava ao grito dos carregadores negros, mergulhados na água até o peito, que transportavam para terra na cabeça as cargas e bagagens de bordo."*[17]

Com o tempo, Napoleão ganhou dinheiro o suficiente para comprar sua liberdade. Isaac Amaral se recordaria mais tarde que *"com esforços titânicos, conseguiu, juntando vintém por vintém, às vezes com sacrifício da sua alimentação, obter a carta de alforria para si como para alguns outros escravos."*[18] Seu esforço teve efeito visível em sua aparência física. *"Era um homem de estatura mediana"*, lembraria Teófilo, *"musculoso, de cor escura, entre o caboclo e o preto, fisionomia agradável, calvo aos trinta anos pelo serviço de carregar para bordo das lanchas volumes pesados."*[19] No assento de seu casamento, Napoleão é descrito como pardo, que era um termo genérico para um indivíduo mestiço.[20] A descrição de Teófilo revela que Napoleão era de ascendência mista europeia e indígena (isto é, caboclo), em conjunto com africana.

---

16 Ibid.

17 Ver Jean Louis Rodolphe Agassiz e Elizabeth Cabot Cary Agassiz, A Journey in Brazil, 8a ed. (Boston: Fields, Osgood & Co., 1871) [1868], 445.

18 O Nordeste, 20 de janeiro de 1933, 1. Isaac Amaral é pouco claro se Napoleão comprou a liberdade de outros escravos ao mesmo tempo que a dele, o que seria irreal devido as limitações financeiras, ou se ele se refere aos feitos posteriores do liberto, do qual existem amplas evidências, como será visto.

19 Teófilo, "Abolição no Ceará," 1.

20 Livro de casamentos da freguesia de São José, v.9, manuscrito, 1862–1872, 9, Arquidiocese de Fortaleza, Fortaleza, Ceará (daqui em diante: AF). É necessário mencionar que o termo pardo tinha outros significados em regiões distintas do país, além de se referir genericamente a alguém de ascendência mestiça de cor mais escura que a branca. No Sudeste, por exemplo, era costumeiramente utilizado como sinônimo de mulato. A complexidade do termo pode ser averiguada na pessoa de José do Patrocínio, notório abolicionista do Rio de Janeiro, que era e ainda é comumente chamado de pardo, mas na realidade "não era negro, nem, tampouco, mulato. Era um tipo aperfeiçoado de cafuzo." Ver Evaristo de Moraes, A campanha abolicionista (1879–1888) (Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924), 382.

Tendo ganho a liberdade, Napoleão procurou obter os elementos típicos de uma pessoa livre. Como escravo, ele recebera somente um nome de batismo. A José ele acrescentou "Luís Napoleão", por causa do imperador francês, um nome que seus colegas no porto lhe conferiram, pois *"tinha conquistado a estima e respeito de todos os seus companheiros"*, devido as suas habilidades de liderança e generosidade.[21] Isto foi percebido por seus superiores, que em combinação a *"seu trabalho, zelo, [e] honestidade"*, levaram a sua promoção a capataz.[22] Em seguida, Napoleão comprou a liberdade de sua mãe, em 15 de dezembro de 1860.[23] Menos de dois anos depois, em 17 de maio de 1862, ele se casou com Simôa Maria da Conceição, que era parda e filha ilegítima como ele.[24] Napoleão descrevera a si mesmo como um "cristão católico" e o casamento numa igreja era o desenvolvimento natural para um homem de fé.[25] Significava também uma reafirmação de sua condição como homem livre em uma sociedade profundamente hierárquica e baseada em distinções raciais e sociais. *"Quando um casamento era realizado",* afirma a historiadora Mieko Nishida, *"era largamente endogâmico: os cônjuges eram escolhidos dentro das mesmas categorias de distinção legal (livre, liberto ou escravo), e local de nascimento (brasileiro ou africano), assim como de cor"*.[26] Esta noção se expandia além de relações matrimoniais. Quando Napoleão declarou em seu testamento que sua mãe era parda e liberta, ele estava reafirmando o lugar dela e, consequentemente, o dele na sociedade.[27] Como Nishida indica, *"a cor menos escura do pardo…*

---

[21] Teófilo, "Abolição no Ceará," 1. Teófilo é incerto quanto a fonte de influência para o nome de Napoleão. É bem provável que tenha sido Napoleão III, sobrinho do mais conhecido Napoleão Bonaparte, cujo nome era Louis Napoléon, antes de coroar a si mesmo em 1852, e que estava no auge de seu prestígio internacional no final dos anos 1850, precisamente quando Napoleão se tornou livre.

[22] Ibid.

[23] "Carta de Liberdade da escrava Benedicta Maria do Rozario," Livro de notas, v.4, 93, 30 de abril de 1861, manuscrito, 2º Cartório de Fortaleza, APEC.

[24] Livro de casamentos da freguesia de São José, 1862–1872, 9.

[25] Para a religião de Napoleão, ver "Testamento solemne que faz Jose Luis Napolião," 118.

[26] Ver Mieko Nishida, Slavery and Identity: Ethnicity, Gender and Race in Salvador, Brazil, 1808–1880 (Bloomington: Indiana University Press, 2003), 130.

[27] Em seu testamento, Napoleão também menciona a cor de Simôa como parda. Ver "Testamento solemne que faz Jose Luis Napolião," 118. Descrições raciais em documentos não relacionados a escravos eram raros nos livros de registros de cartórios de Fortaleza.

definitivamente dava a aquela população uma grande vantagem em manumissão, e além dos mais variados benefícios fantásticos para mobilidade social ascendente numa sociedade racialmente estratificada, benefícios que a população de cor escura não poderia esperar."[28]

Portanto, Napoleão não era somente um mestiço de ascendência africana, europeia e indígena com tez escura, como Teófilo, um homem branco, o percebia. Ele era ao invés pardo, colocado numa categoria racial mais simples, e não simplória, que o permitiu ter oportunidades melhores para avançar socialmente. Evidentemente, isso não modificou sua aparência física e nem sua ascendência mestiça, mas o permitiu ser mais palatável socialmente, especialmente para aqueles acima dele na sociedade. Isto pode ser inferido na lembrança de Teófilo, que contou que, nos domingos, Napoleão convidava caixeiros que trabalhavam no porto, apontando a *"satisfação que enchia a alma do liberto, muito honrado com a nossa presença, sentados à sua mesa."*[29] Em outras palavras, aqueles não eram meros trabalhadores braçais de cor escura do porto como ele fora uma vez. Eles pertenciam a um patamar social mais elevado (mas nem tanto) e tratavam aquele "liberto", como Teófilo o chamou, como um igual. Não é fantasioso presumir que por trás das qualidades naturais que eram parte do caráter de Napoleão, escondia um desejo de aceitação e pertencimento.

De qualquer maneira, havia ainda mais maneiras de uma pessoa que tinha sido escravizada melhorar sua condição social, e Napoleão buscou tais meios. As principais possibilidades seriam através do voto, serviço na Guarda Nacional e compra de imóveis. Estes eram geralmente percebidos não somente como símbolos de cidadania, mas também de civilização, sendo ambos considerados como antíteses da condição de escravo. Apesar de que não existia restrições baseadas em cor de pele, como acontecia nos Estados Unidos, existiam limitações quanto a condição social de uma pessoa, isto é, se era livre, liberta ou escrava. No caso de um liberto como Napoleão, aquelas limitações eram abrangentes e severas. Isto parece

[28] Ibid., 131. A afirmação da historiadora deve ser vista com uma certa cautela. A cor de um indivíduo não era o único fator determinante para definir sua posição na sociedade, como é evidenciado com o próprio Napoleão. Havia outros fatores, como origem familiar, educação, talento e relacionamentos pessoais, que poderiam permitir ascensão social.

[29] Teófilo, "Abolição no Ceará," 1

ter ocorrido em parte por preconceito racial, ainda que raça não fosse mencionada abertamente pela legislação como uma barreira. De acordo com Agostinho Marques Perdigão Malheiro (1824–1881), um jurista e abolicionista renomado, *"a lei, atendendo aos preconceitos de nossa sociedade, originados já não tanto do vil e miserável anterior estado do liberto... e bem assim ao preconceito mais geral contra a raça africana, da qual descendem os escravos que existem no Brasil, tolhe aos libertos alguns direitos em relação à vida política e pública."*[30] Na prática, significava que Napoleão poderia ser votante, mas não eleitor (eleições ocorriam em duas etapas), deputado provincial, deputado geral e nem senador. Ele também não poderia servir como membro do júri, juiz de paz, delegado ou subdelegado de polícia, promotor público, conselheiro de estado, ministro de estado, magistrado, membro do corpo diplomático e nem bispo.[31]

Ainda que fosse permitido a ele assumir tais cargos, seria improvável que ele seria votado ou nomeado para ocupar qualquer um deles, pois Napoleão carecia das relações familiares, conexões políticas ou compadrio necessários. Mesmo assim, como liberto, ele poderia ser eleito vereador e servir na Guarda Nacional, a força reserva do Exército cujas tropas eram responsáveis por *"manter a lei e ordem em seus distritos", de acordo com o historiador Roderick J. Barman, "com potentados locais como oficiais e a plebe como tropa."*[32] Apesar de libertos serem impedidos de atingirem o oficialato, servir naquela milícia garantiria a eles isenção de recrutamento no Exército, no qual *"a maior parte dos recrutas eram conscritos, muitas vezes como punição por vadiagem e outros crimes não-políticos,"* afirma o historiador Hendrik Kraay, e eram sujeitos a punição corporal e baixos soldos.[33] Além disso, visto que o voto era permitido a uma minoria, e

[30] Ênfase no original. Ver Agostinho Marques Perdigão Malheiro, Brasil: ensaio historico-juridico-social, v.1 (Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866), 207.

[31] Para uma visão geral aprofundada das leis, decretos e outros documentos legais que limitavam a vida pública e política de libertos, ver Malheiros, Brasil, 207–208. As leis brasileiras excluíam outros grupos de determinados direitos, tais como as mulheres e os homens com renda anual inferior ao exigido legalmente. A cor de uma pessoa não era expressamente mencionada como elemento restritivo pela legislação vigente.

[32] Roderick J. Barman, Brazil: The Forging of a Nation, 1798–1852 (Stanford: Stanford University Press, 1988), 172.

[33] Hendrik Kraay, Race, State, and Armed Forces in Independence–Era Brazil: Bahia, 1790s–1840s (Stanford: Stanford University Press, 2001), 183–184.

aqueles que poderiam votar eram obrigados a servir na Guarda Nacional, na ativa ou reserva, isto aumentava as distinções sociais, mesmo entre pessoas livres. *"Ser membro da Guarda," alega Kraay, "constituiria uma forma autoconsciente e ativa de cidadania."*[34]

Barrado da maior parte das funções públicas, o único recurso de Napoleão seria continuar no setor privado. Com trabalho árduo, ele reuniu uma riqueza que poucos com sua origem poderiam ter alcançado sob as mesmas circunstâncias. Em 1878, ele era o proprietário de sete casas pela cidade, a maior parte das quais ele provavelmente alugava.[35] Napoleão pode ser definido como o arquétipo do self-made man ou empreendedor, o qual seu contemporâneo, o abolicionista americano Frederick Douglass (1818–1895) descreveu da seguinte maneira: *"Empreendedores... são os homens que pouco ou nada devem ao nascimento, relacionamento, ambiente amigável; à riqueza herdada ou a meios de educação previamente aprovados; quem são o que são, sem a ajuda de quaisquer condições favoráveis pelas quais outros homens geralmente se erguem no mundo e alcançam grandes resultados."*[36]

De fato, sua resiliência em face da adversidade é surpreendente. A seca dos anos 1877 e 1878 que arruinaram a economia do Ceará podem ter o afetado também. Em julho de 1879, estando bastante endividado, Napoleão realizou uma permuta com seu credor, em que ele lhe entregava três casas para sanar a dívida. Talvez ainda necessitado de recursos, Napoleão vendeu mais duas casas para uma outra pessoa poucos dias depois.[37] Restando apenas duas casas, sua situação financeira ainda era notavelmente sólida. Em 1880, Napoleão tinha uma renda anual de 400.000 reais, que aumentou para 600.000 três anos mais tarde.[38] Isto significa que em 1883 seus ganhos eram três vezes o mínimo exigido para votar, duas ou três vezes a renda anual de trabalhadores diários, pescadores, sapateiros e pedreiros, e

---

[34] Kraay, Race, State, and Armed Forces, 226.

[35] Ver "Testamento solemne que faz Jose Luis Napolião," 118.

[36] Waldo E. Martin, Jr., The Mind of Frederick Douglass, v.2 (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1984), 256.

[37] Livro de notas, v.8, 156–158, July 7, 14, 1879, manuscrito, 1º Cartório de Fortaleza, APEC.

[38] Cearense, 26 de setembro de 1880, 1880, 5, "Guarda Nacional do Município de Fortaleza, Reserva, Parochia do Patrocínio," Fundo: Guarda Nacional, Código: BR APEC, GN, Fortaleza, Data Crônica: 1873–1896, Caixa 15, APEC.

por volta do mesmo montante ganho anualmente por caixeiros, tipógrafos e artesãos e comerciantes menores.[39]

A liberta Luceta e o abolicionismo de Napoleão

Juntamente com Napoleão, havia outra pessoa com renda em sua família, que deve ser discutida apropriadamente. Ele tinha uma companheira chamada Luceta Pereira de Andrade, que tem sido inteiramente ignorada pela historiografia. Ela representa um caso notável de mobilidade social por si mesma, o qual, em conjunto com seu gênero, cor e origem, são razões suficientes para que sua história seja revelada, como foi feito com Napoleão. Luceta foi escrava do padre Antonino Pereira de Alencar (1822–1889), parente do senador José Martiniano Pereira de Alencar e de seu filho, o renomado escritor José de Alencar.[40] Ela é mencionada pela primeira vez em um edital público de 1863, simplesmente como "escrava Luceta", concernente a uma viagem com seu senhor para fora da província, pela qual ele não havia pagado o imposto referente.[41]

Em 11 de março de 1868, quando ela tinha vinte anos de idade, o padre concedeu-lhe a liberdade, sem exigir condição alguma, nem impondo pagamento ou serviço em retorno, ao contrário do que ocorria em manumissões contemporâneas em Fortaleza.[42] Sua relação com seu antigo senhor parece ter tido uma certa medida de afeição mútua, o que poderia explicar sua manumissão gratuita.[43] É também possível que ele tenha lhe dado algum tipo de educação, visto que ela sabia ler e escrever,

[39] Para uma visão geral da idade, profissão, renda anual, estado civil e número de filhos dos que serviram na reserva e ativa, ver "Guarda Nacional do Município de Fortaleza, Serviço activo, Parochia do Arronches," "Guarda Nacional do Município de Fortaleza, Reserva, Parochia do Arronches," "Guarda Nacional do Município de Fortaleza, Serviço activo, Parochia do Patrocínio," "Guarda Nacional do Município de Fortaleza, Reserva, Parochia do Patrocínio," "Guarda Nacional do Município de Fortaleza, Serviço activo, Parochia do São José," "Guarda Nacional do Município de Fortaleza, Reserva, Parochia do São José," Fundo: Guarda Nacional, Código: BR APEC, GN, Fortaleza, Data Crônica: 1873– 1896, Caixa 15, APEC.

[40] Para o parentesco com o senador e o ilustre romancista, ver Cearense, 22 de maio de 1889, 2.

[41] Pedro II, 14 de março de 1863, 2.

[42] "Carta de liberdade da escrava Lucíta," Livro de notas, v.6, 58, 2 de março de 1868, manuscrito, 1º Cartório de Fortaleza, APEC.

[43] O padre foi seu padrinho de batismo e, após seu falecimento em 1889, décadas após se tornar livre, Luceta mandou celebrar uma missa em sua homenagem e convidou seus amigos e parentes. Ver Cearense, 16 de março de 1889, 3.

diferentemente da maior parte dos escravos no Ceará.[44] Como aconteceu com Napoleão, ela assumiu um sobrenome posteriormente. Em 1873, cinco anos após ter sido liberta, Luceta apareceu em um almanaque listada como proprietária de uma taverna, localizada no mercado público da cidade.[45] De 138 proprietários de tavernas, Luceta e outras quatro pessoas eram as únicas mulheres, em um ramo de negócio dominado por homens.[46]

Luceta provavelmente iniciou seu relacionamento com Napoleão por volta de 1875, pois ambos moravam próximos um ao outro na mesma rua e porque foi o mesmo ano em que ele declarou em seu testamento que havia se separado de sua esposa Simôa, após uma relação sem filhos.[47] O primeiro filho de Luceta, Cândido, nasceu um ano depois.[48] Foi seguido por outros quatro filhos, todos declarados pardos pelo pároco que os batizou.[49] Ao que tudo indica, os filhos de Luceta foram concebidos por Napoleão, não somente devido a coincidência do término de seu casamento ter ocorrido em torno do nascimento da primeira criança, mas também porque ele os nomeou como herdeiros, com direito a adquirir todo o seu patrimônio após sua morte.[50] Eles todos viviam sob o mesmo teto,

---

44 Arrolamento da população da cidade de Fortaleza, Freguesia do Patrocínio, 55–56.

45 Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, ed., Almanak administrativo, mercantil e industrial da província do Ceará (Fortaleza: N/D, 1873), 438.

46 Ibid., 435–439.

47 Constituição, 7 de abril de 1875, 4. Para falta de filhos, ver "Testamento solemne que faz Jose Luis Napolião," 118. Simôa parece desaparecer da História logo em seguida, aparecendo como co-vendedora das casas de Napoleão, em 1879. Ele pode ter caído na pobreza ou necessitado de auxílio de uma família influente, como pode ser deduzido do relato do historiador Júlio Abreu: "Quem não se recorda da mulher dele, a preta velha tia Simôa, conhecida por toda a gente da capital, que toda estimava essa criatura de coração angélico e alma pura, que acabou seus dias recebendo os carinhos da família de Henrique José de Oliveira (pai do Dr. César Cals)?" Ver Júlio Abreu, "A Epopéa do Ceará," Revista do Instituto do Ceará 48 (1934): 144.

48 Cândido nasceu em 29 de agosto de 1876. Ver Livro de batismos da freguesia de São José, v.46, manuscrito, 1876–1878, AF.

49 Josefina, nascida em 20 de outubro de 1878, João, em 24 de novembro de 1880, outro filho chamado Cândido, em 3 de outubro de 1884, e José, em 2 de novembro de 1886. Ver Livro de batismos da freguesia de São José, v.47, manuscrito, 1878–1879, 44, AF, Livro de batismos da freguesia do Patrocínio, v.2, manuscrito, 1883–1887, 78, 185, AF.

50 Seu testamento estipulava que sua mãe e os filhos de Luceta seriam seus herdeiros, e, no caso de sua mãe morrer antes dele, as crianças seriam os únicos herdeiros. Ver "Testamento solemne que faz Jose Luis Napolião," 118.

como pode ser visto em anúncios de jornais em que ofereciam produtos artesanais, assim como em um censo da população de Fortaleza de 1887. [51]

A independência financeira e o empreendedorismo como no caso de Luceta não eram geralmente bem vistos entre as classes sociais superiores, uma vez que evidenciavam uma condição inferior. Ela não herdou seus negócios pela morte do pai ou do marido, mas através de seu próprio trabalho. A historiadora Mary C. Karasch postula que uma mulher das camadas sociais mais altas do Brasil tinha sua posição na sociedade determinada por sua *"reclusão, comportamento modesto, origem familiar e casamento"*, nenhum dos quais se aplicava a Luceta.[52] Seu concubinato com Napoleão, que embora separado ainda era legalmente casado, e seus vários filhos ilegítimos podem ter sido barreiras difíceis de superar se ela quisesse melhorar sua posição na sociedade. *"De uma perspectiva da elite"*, sugere Karasch, *"uma mulher que trabalhava nas ruas ... e que tinha filhos ilegítimos, não era uma 'mulher decente'. Por outro lado, o casamento na Igreja Católica melhorava a posição da mulher; e algumas escravas e libertas usaram o casamento para elevar a sua condição social e a de seus filhos."*[53] Diversamente de Napoleão, cujo casamento com Simôa pode ter contribuído para ascender socialmente ou, pelo menos, reafirmado a sua condição de pessoa livre, Luceta abriu mão desse possível caminho quando se associou a ele, provavelmente por amor. No entanto, seu sacrifício pessoal deve ser observado, especialmente quando se leva em consideração sua alfabetização, independência financeira e melhores relações sociais. É relevante que Luceta ainda assim tenha conseguido mais tarde, durante seu envolvimento aparentemente discreto com o movimento abolicionista, ser relacionada entre as "excelentíssimas senhoras" da sociedade e referida como "dona", uma rara marca de distinção para alguém de sua origem.[54]

---

[51] Libertador, 20 de novembro de 1883, 1, ibid., 19 de agosto de 1886, 3, ibid., 15 de fevereiro de 1887, 4. Ela vendia palitos de crochê, rendas, entremeios de labirinto e frente de casacos, enquanto ele vendia pranchões e tabuados de cedro, indicando que ambos tinham fontes distinta de renda.

[52] See Mary C. Karasch, Slave life in Rio de Janeiro, 1808–1850 (Princeton: Princeton University Press, 1987), 71.

[53] Ibid., 72–73.

[54] Libertador, 5 de abril de 1884, 3. A relação com a influente família Alencar também pode ter sido relevante para seu sucesso econômico e distinção social.

No entanto, foi Napoleão que teve papel decisivo na abolição da escravatura no Ceará, com consequências significativas não só para a província, mas para o Brasil. Como mencionado anteriormente, ele comprou sua liberdade e, posteriormente, a de sua mãe. Segundo Isaac Amaral, Napoleão tinha um *"caráter adamantino de abolicionista fora do comum"*.[55] Um artigo de jornal contemporâneo alegou que ele havia libertado quatro irmãs que tinha.[56] Rodolfo Teófilo lembrou mais tarde que Napoleão pagara a alforria de um irmão, que trouxera do sertão para trabalhar com ele.[57] No entanto, não há, no momento, indícios nos arquivos de que esses irmãos existiram.[58] O certo é que, além de sua mãe, ele auxiliou em alforrias alheias. O primeiro caso conhecido foi o de um escravo de nome Matias, a quem Napoleão concedeu ajuda financeira para obter sua liberdade em 22 de abril de 1873.[59] Foi seguido por outros dois escravos, um chamado Manuel e outro Jorge, em 27 de setembro de 1877 e em 18 de fevereiro de 1878, respectivamente.[60]

Napoleão também solicitou a alforria de uma escrava chamada Filomena, em 2 de novembro de 1881.[61] Houve um custo financeiro considerável. Em nome de Jorge, por exemplo, Napoleão prometeu pagar 439.000 reais, valor superior à sua renda anual em 1880 e cerca de dois terços de seus ganhos em 1883. É concebível que a venda de produtos artesanais, além de seu trabalho no porto, tenha servido para lhe fornecer mais meios para financiar manumissões. Além disto, como sugere a historiadora Mariana Almeida Assunção, é igualmente provável que Napoleão tenha recebido a ajuda de outros que não constem nos registros.[62]

---

55 O Nordeste, 20 de janeiro de 1933, 1.

56 Gazeta do Norte, 28 de janeiro de 1881, 2.

57 Teófilo, "Abolição no Ceará," 1.

58 Não há evidência de irmãos nos registros cartoriais ou religiosos de Fortaleza e Napoleão não os menciona em seu testamento. Ver "Testamento solemne que faz Jose Luis Napolião," 118.

59 "Carta de liberdade do escravo Mathias," Livro de notas, v.6, 131, 22 de abril de 1873, manuscrito, 2º Cartório de Fortaleza, APEC.

60 "Carta de liberdade do escravo Manuel," Livro de notas, v.8, 43, 27 de setembro de 1877, manuscrito, 1º Cartório de Fortaleza, APEC, "Carta de liberdade do escravo Jorge," Livro de notas, v.8, 72, 18 de fevereiro de 1878, manuscrito, 1º Cartório de Fortaleza, APEC.

61 "Carta de liberdade da escrava Filomena," Livro de notas, v.6, 82, 2 de novembro de 1881, manuscrito, 2º Cartório de Fortaleza, APEC.

62 Assunção, "Escravidão e liberdade," 224.

Como e quando Napoleão ingressou na Libertadora Cearense são incertos. Ele conhecia Teófilo Rufino desde sua chegada a Fortaleza, segundo este, e devia conhecer Pedro Artur de Vasconcelos (1851–1914), funcionário da Singlehurst & Co. e mentor intelectual dos trancamentos do porto de 1881. O que está claro é que ele foi um dos fundadores do Libertador, o jornal oficial da Cearense Libertadora. Em janeiro de 1881, em um anúncio relativo ao lançamento do jornal, seu nome consta na lista de acionistas, indicando que fornecera apoio financeiro para o empreendimento. Também é notável que pelo menos outro liberto, Matias Tristão Madeira (c.1824–1884), apareça entre os acionistas.[63] Bastante abastado, o artesão Madeira viria a fundar o Clube dos Libertos com Napoleão, este como presidente e aquele como vice-presidente.[64] A maioria dos demais acionistas, no entanto, parecem ter pertencido às classes sociais superiores, incluindo os fundadores da Cearense Libertadora.

Os trancamentos do porto de janeiro de 1881

Em janeiro de 1880, Pedro Artur de Vasconcelos concebeu o plano de trancar o porto de Fortaleza, com o objetivo de impedir o embarque de escravos nos navios que os levariam às províncias do sul. O trancamento seria, na prática, uma greve geral dos trabalhadores do porto, em que todos se recusariam a transportar escravos para os navios ancorados. A perda da pequena população escrava do Ceará como fonte de trabalho dificilmente afetaria as plantações de café nas províncias do sul, uma vez que elas poderiam prontamente comprar escravos de outras regiões. Os abolicionistas não tinham um objetivo tão ambicioso. Ao que parece, suas intenções eram variadas. Primeiro, eles queriam demonstrar que um esforço popular organizado contra a escravidão era viável. Até então, as maiores derrotas sofridas por aquela instituição foram causadas

[63] Cearense, 30 de janeiro de 1881, 5, ibid., 21 de abril de 1882, 3, Gazeta do Norte, 3 de maio de 1882, 4.

[64] Em 1880, a renda anual de Madeira era de quatro milhões (ou quatro contos) de reais, dez vezes o que Napoleão ganhou no mesmo ano. Seus ganhos eram comparáveis com o da elite cearense, incluindo os oficiais mais graduados da Guarda Nacional, o que o colocaria entre os "potentados locais", se ele não fosse um liberto. Ver Cearense, 19 de setembro de 1880, 6. Para sua eleição para os postos de liderança do Clube dos Libertos, ver Constituição, 1 de junho de 1882, 2.

principalmente pelo governo nacional, por meio das leis que aboliram o comércio internacional (1850) e que declaravam livres os filhos nascidos de escravas (1872).[65]

As sociedades antiescravistas foram, até então, incapazes de provocar uma reação popular, principalmente porque estas associações eram restritas em número e seus membros geralmente pertenciam às classes sociais mais altas.[66] Desta vez, a Cearense Libertadora buscou obter uma grande vitória contra a escravidão cooperando com os setores mais baixos da sociedade, aqueles aos quais fora negada a participação em negócios públicos ou cujo envolvimento com política era muito limitado.[67] Segundo Isaac Amaral, Pedro Artur de Vasconcelos, como funcionário da Singlehurst & Co., tinha influência sobre os capatazes das empresas Red Cross Line e Booth Line, que por sua vez poderiam convencer seus subalternos a se unirem à empreitada.[68] Também era necessário o apoio dos demais trabalhadores, principalmente dos jangadeiros. Os trabalhadores portuários carregavam e descarregavam mercadorias, enquanto os jangadeiros conduziam passageiros e escravos em suas jangadas do porto para os navios. Sem a participação de todos, o plano de Pedro Artur falharia.[69]

O segundo objetivo dos abolicionistas, que pode ser atestado pelas reportagens dos jornais sobre o acontecimento, era realizar um bloqueio o

---

[65] Lei Eusébio de Queirós de 4 de setembro de 1850 e lei do Ventre Livre (ou Lei Rio Branco) de 28 de setembro de 1871. Para o contexto histórico e impacto de ambas as leis, ver Jeffrey D. Needell, The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831–1871 (Stanford: Stanford University Press, 2006), 138–155, 272–314.

[66] Jeffrey D. Needell, The Sacred Cause: The Abolitionist Movement, Afro-Brazilian Mobilization, and Imperial Politics in Rio de Janeiro (Stanford: Stanford University Press, 2020), 87–88.

[67] "As grandes ideias partiram sempre do povo. É ele quem dá a primeira e última palavra em todas as questões. Inicia a evolução e consuma a revolução. Erige o princípio em direito e converte a lei em costume. Aquilo que o povo quer, é o que se faz... Prova desta verdade, aí estão os acontecimentos recentes [as greves de 27, 30 e 31 de janeiro de 1881] que toda a nossa capital presenciou." Ver Libertador, 7 de fevereiro de 1881, 1. Os abolicionistas pareciam enxergar no povo não somente um poder transformador e impositivo, mas também um fator legitimador de seus propósitos.

[68] Isaac Amaral, "O esquecido Antônio Napoleão," Correio do Ceará, 2 de março de 1942, 32. Neste artigo, o autor relembrou erroneamente o nome de Napoleão, chamando-o de "Antônio", ao invés de José Luís.

[69] O Nordeste, 9 de janeiro de 1933, 3.

mais pacífico possível.[70] Certamente sabiam do levante popular ocorrido um ano antes, no Rio de Janeiro, capital do país, chamado Revolta do Vintém. Em janeiro de 1880, o governo nacional tentou impor impostos sobre os bondes, aumentando as tarifas. Isto resultou em protestos pacíficos no início e que desandaram em um motim caótico em grande escala com vários mortos e feridos. Os manifestantes atacaram condutores de bonde e mulas de carga, destruindo trilhos e carros, e os usando como barricadas. A polícia foi reforçada com soldados de infantaria e cavalarianos do Exército, que dispersaram os desordeiros.[71] Autoridades, políticos e observadores ficaram surpresos com a extensão da violência, que não era vista há décadas. Para os que estavam no poder, a Revolta do Vintém serviu como uma advertência sobre os limites da interferência do governo nas vidas das pessoas, especialmente quando estas eram, em sua maioria, não-brancas, pobres, sem educação e propositalmente marginalizadas nos assuntos públicos.[72] *"Residentes urbanos sem laços políticos estabelecidos"*, comenta a historiadora Sandra Lauderdale Graham, *"mas prontos para uma ação política direta, representavam uma fonte inexplorada de poder"*.[73] O mesmo entendimento se aplicaria ao Ceará a respeito da participação de grupos marginalizados em termos políticos e sociais no movimento abolicionista.[74] Aparentemente, os abolicionistas desejavam evitar dar razões para as autoridades os reprimirem, mas não sabiam, como se verá, que estes hesitariam em o fazer por receio de desencadear uma grave desordem social.

---

[70] "O Cearense, a Gazeta do Norte e a Constituição registraram o grande acontecimento, e maravilhados pela sua importância não se esqueceram de mencionar que a ordem pública não foi alterada." Ver Libertador, 7 de fevereiro de 1881, 2. Como o jornal oficial da Cearense Libertadora, parece que buscou assegurar que as autoridades não enxergassem suas ações como subversivas. Pelo menos, não a ponto de obrigar o governo a agir contra a associação.

[71] Sandra Lauderdale Graham, "The Vintem Riot and Political Culture: Rio de Janeiro, 1880," The Hispanic American Historical Review 60, nº 3 (1980): 434–437.

[72] Ibid., 440–441.

[73] Ibid., 440. O historiador Jeffrey D. Needell compartilha deste argumento, alegando que a revolta "foi instrutiva porque demonstrou que a população do Rio tinha a capacidade e vontade de ser mobilizada em relação a questões públicas se considerassem que seus interesses estavam envolvidos... [e] demonstrou que tanto a ameaça quanto a realidade de mobilização pública nas ruas e na imprensa poderiam causar mudança política." Ver Needell, The Sacred Cause, 63.

[74] Libertador, 7 de fevereiro de 1881, 1.

O terceiro objetivo dos abolicionistas, e o mais importante, era eliminar o comércio interprovincial de escravos. Eles eram presumivelmente motivados pela repulsa moral ao comércio que, entre outros motivos, significava a separação de homens e mulheres de suas famílias e terra natal.[75] O plano dos abolicionistas, se tivessem sucesso, seria um feito notável em si. Porém, como dito anteriormente, eles precisariam do auxílio de todos os trabalhadores do porto. Se apenas alguns recusassem o convite, seria o suficiente para enviar escravos para o sul. Os abolicionistas encontraram em Napoleão a pessoa necessária para convencer os demais. Nesta época, ele trabalhava para a empresa Bóris Frères, desempenhando a função de chefe das capatazias.[76] Segundo Isaac Amaral, na noite de 26 de janeiro, seu irmão José Correia, junto com Pedro Artur e dois outros abolicionistas, Antônio Cruz Saldanha (1852–1908) e Antônio Dias Martins (1852–1895), *"após uma longa e confidente conferência"* com Napoleão, conseguiram deste *"o apoio e solidariedade de todos os jangadeiros"*.[77]

Rodolfo Teófilo afirma que a iniciativa partiu na verdade do liberto: *"não foi preciso ir ao Napoleão pedir o seu auxílio, ele veio espontaneamente oferecer os seus serviços e a sua incomparável lealdade."*[78] É provável que Napoleão tenha primeiro se oferecido e que o encontro sigiloso tenha ocorrido em seguida, para planejar a greve geral. De qualquer maneira, ainda nas horas anteriores ao amanhecer de 27 de janeiro, Napoleão havia reunido mil pessoas, incluindo capatazes, jangadeiros e lancheiros, o que é uma extraordinária demonstração de liderança, principalmente se considerarmos que toda a população de Fortaleza não excedia 30 mil habitantes.[79]

Os eventos do final de janeiro são desafiadores de recompor, visto que as fontes contemporâneas são poucas e frequentemente breves e vagas em seus relatos. A narrativa mais detalhada se encontra no

[75] Ver "Os jangadeiros do Ceará," Gazeta da Tarde, 17 de fevereiro de 1881, 1.

[76] Amaral, "O esquecido Antônio Napoleão," 32.

[77] Ibid.

[78] Teófilo, "Abolição no Ceará," 1.

[79] Ibid. Em 1887, seis anos após o trancamento, Fortaleza tinha 32.073 habitantes. Ver José Pompeu de A. Cavalcanti, Chorographia da Província do Ceará (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888), 146–147.

jornal Libertador.[80] Imediatamente antes do trancamento, talvez no dia anterior, 26 de janeiro, trinta e oito escravos foram embarcados para a província de São Paulo.[81] Durante a noite, Napoleão conseguiu o apoio dos trabalhadores do porto para a planejada greve. No dia 27 de janeiro, quatorze escravos, tanto homens quanto mulheres, deveriam ser transportados para o navio Pará, mas os jangadeiros se recusaram e foram apoiados por 1.500 homens *"de todas as classes e condições"*.[82] Os senhores de escravos procuraram mudá-los de ideia, fazendo promessas, oferecendo suborno e até ameaçando, sem sucesso. A multidão reunida na orla gritou em uníssono: *"No porto do Ceará os escravos não são mais embarcados!"*[83]

Segundo o jornal Cearense, poucos membros da Libertadora Cearense estiveram presentes, sendo o presidente, João Cordeiro (1842–1931), o único especificamente citado, mas não por nome.[84] Se as recordações de Isaac Amaral estiverem corretas, ainda que escritas décadas após o ocorrido, mas nunca negadas por contemporâneos, é seguro assumir que ele, *"um descrente do seu sucesso"*, o seu irmão José Correia do Amaral, Pedro Artur de Vasconcelos, Antônio Cruz Saldanha e Antônio Dias Martins foram os outros poucos abolicionistas ali.[85] É possível supor que suas identidades não tenham sido reveladas à época, nem mesmo por seu jornal oficial, por medo de represálias. A única pessoa positivamente

[80] Infelizmente, um incêndio de grandes proporções na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel destruiu a maior parte do acervo de jornais do século XIX. As edições sobreviventes dos principais jornais cearenses daquele período, Libertador, Cearense, Pedro II, Constituição e Gazeta do Norte, estão na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Faltam as primeiras edições de janeiro de 1881 do conservador Pedro II, apesar de aparentemente ter ignorado o trancamento, de acordo com o Libertador. Ver Libertador, 7 de fevereiro de 1881, 7. Os liberais Gazeta do Norte e Cearense possuem acervo mais completo, assim como o presumivelmente politicamente neutro Libertador (que, posteriormente, revelar-se-á republicano). Jornais de outras províncias apenas reproduziram, em sua grande maioria, os artigos dos jornais cearenses sobre o evento, talvez por desconhecerem a sua importância, que se tornaria mais clara posteriormente, com o quarto e último trancamento de agosto de 1881.

[81] Libertador, 7 de fevereiro de 1881, 1.

[82] Libertador, 17 de fevereiro de 1881, 3.

[83] Libertador, 7 de fevereiro de 1881, 1.

[84] Cearense, 28 de janeiro de 1881, 2.

[85] Amaral, "O esquecido Antônio Napoleão," 32.

identificada por fontes contemporâneas é Napoleão, descrito pelo jornal Gazeta do Norte como o líder da greve.[86]

Já havia escravos a bordo, alguns provenientes de outras províncias, outros talvez trazidos para o navio fundeado no dia anterior. Uma delas, Luzia, escrava de um rico capitalista chamado Galdino Francisco Linhares, afirmava ter economias suficientes para comprar sua liberdade, o que por lei impediria sua venda a terceiros.[87] Ela foi retirada do navio e levada para a praia, *"debaixo da bandeira brasileira, ao som da música, ao ribombar dos foguetes e no meio das aclamações de um numeroso concurso de povo"*.[88] Dos porões do Pará, entre outros escravos, havia uma mulher identificada como Eusébia que alegara ser uma pessoa livre chamada Francisca Maria da Conceição, injustamente escravizada quando criança. Um passageiro do navio avisou a multidão na costa sobre sua situação e João Cordeiro solicitou formalmente que o delegado Benjamim de Oliveira a retirasse do navio, a fim de verificar a veracidade de suas alegações, o que foi feito. Ela chegou à praia com seus quatro filhos, "seminua, esquálida e faminta.[89] Os demais escravos a bordo não compartilharam de sua sorte. Os abolicionistas poderiam se recusar a embarcar escravos, mas não poderiam invadir o navio, sem que resultasse em retaliações.

No dia 30 de janeiro, outro navio, o Espírito Santo, estava programado para partir para o sul com sua esperada carga humana. Telésforo Caetano de Abreu, José da Fonseca Barbosa e um italiano chamado Vicenzo Ferrera trouxeram trinta escravos ao porto, na esperança de embarcá-los, mas novamente os jangadeiros e demais trabalhadores portuários se recusaram.[90]

---

86 Gazeta do Norte, 28 de janeiro de 1881, 2.

87 Galdino era um capitalista de cinquenta e sete anos, casado, alfabetizado e tinha uma renda anual alta de dois milhões (ou dois contos) de reais. Ver Cearense, 13 de outubro de 1880, 6.

88 Libertador, 7 de fevereiro de 1881, 2. É incerto se Luzia estava a bordo de o Pará ou de outro navio.

89 Ibid. Ver também Cearense, 28 de janeiro de 1881, 2, Gazeta do Norte, 28 de janeiro de 1881, 2.

90 Telésforo tinha cinquenta anos, era proprietário, casado, alfabetizado e tinha uma renda anual moderada de 500 mil reais. Ver Cearense, 5 de setembro de 1880, 4. Ele era capitão da Guarda Nacional e seria, posteriormente, presidente da câmara municipal de Fortaleza. Ver Libertador, 6 de abril de 1886, 3. José Fonseca Barbosa tinha trinta e nove anos, era casado, alfabetizado e tinha uma renda anual alta de três milhões (ou três contos) de reais. Ver Cearense, 3 de setembro de 1880, 4. Ele também era capitão da Guarda Nacional. Telésforo e Fonseca eram, portanto, potentados locais. Vicenzo Ferrera era comerciante de escravos. Ver Gazeta do Norte, 30 de abril de 1881, 2.

Desta vez, três mil pessoas estavam reunidas, participando da greve, gritando mais uma vez que os escravos não seriam mais embarcados. Os proprietários de escravos chegaram a comprar jangadas, mas não encontraram alguém disposto a navegá-las. Eles solicitaram proteção policial e um pequeno contingente formado por seis cavalarianos sob o comando de um capitão foi enviado. O Libertador informou que os policiais foram recebidos com vaias pela multidão e, desmoralizados, deixaram o local.[91] O Cearense fez uma reportagem mais sucinta, alegando que *"para acalmar a agitação que havia na praia, compareceram algumas praças de polícia, e não houve, como alguém receou, nenhum conflito."*[92] No dia seguinte, 31 de janeiro, os senhores de escravos procuraram novamente levar seus escravos para o Espírito Santo, que ainda aguardava no porto. Em vão, pois encontraram a mesma resistência de antes. Sem opções, os senhores partiram sob proteção policial para a município do Aracati, no litoral leste do Ceará, para embarcar seus escravos de lá.[93]

O objetivo imediato de bloquear o porto para o comércio interprovincial de escravos havia sido bem sucedido. Mas os escravos que partiram nos navios ou os que ficaram na província e foram transportados para outros portos não foram esquecidos. Então, a estratégia dos abolicionistas ainda se limitava a assediar os proprietários de escravos, os envergonhando publicamente e criando todos os tipos de embaraços. Em 28 de janeiro, um dia após o primeiro trancamento, sabendo que um grupo de seis escravos chegaria à estação ferroviária de Fortaleza para serem vendidos no mercado público, os abolicionistas distribuíram panfletos convidando outros a protestar e a "abraçar aos infelizes cativos", que eles consideravam "irmãos" e "Brasileiros de Nascimento". Ao mesmo tempo, chamaram o comerciante de escravos de "bárbaro".[94] Ao insinuarem que os escravos eram cidadãos brasileiros e iguais às pessoas livres, enquanto insultavam o comerciante ao sugerirem que ele não era civilizado, os abolicionistas parecem ter tentado alterar a perspectiva comum de que escravos eram

[91] Libertador, 7 de fevereiro de 1881, 2.

[92] Cearense, 1 de fevereiro de 1881, 2.

[93] Libertador, 7 de fevereiro de 1881, 2–3.

[94] Descobrindo a respeito do protesto, o senhor de escravos alertou o comerciante para chegar numa data posterior em Fortaleza. Ver Libertadora Cearense, "Cearenses!!," Boletim, 28 de janeiro de 1881, Gazeta da Tarde, 22 de fevereiro de 1881, 2.

bárbaros e um grupo estranho à sociedade e puseram estas noções sobre seu escravizador, que seria, sob outras circunstâncias, tratado como um cidadão respeitável. Ao que parece, eles buscaram mudar os valores morais da sociedade, obrigando aqueles com laços com a escravidão a se colocarem na defensiva.[95]

Os abolicionistas no Ceará perceberam que deveriam tomar várias medidas se esperavam avançar com sua causa. Se a legislação protegia a escravidão, eles teriam que atuar à margem dela, ajudando escravos a fugir e os escondendo de seus donos e das autoridades. Além disto, a menos que conseguissem acabar com o comércio de escravos em todos os portos cearenses, pouco mudaria. Os abolicionistas começaram os preparativos para uma nova e maior greve, e requisitaram a liderança de Napoleão sobre os trabalhadores portuários. Ele recusou o pedido, pois era *"de uma modéstia e de um desprendimento tais, que ninguém conseguiu fazer dele o líder oficial da classe marítima, onde seu nome se tornou venerado"*, como mais tarde lembrou Isaac Amaral.[96] Ao invés, ele sugeriu Francisco José do Nascimento (1839–1914), apelidado de "Chico da Matilde" e prático-mor de toda a costa do Ceará, além de muito respeitado por seus pares. Para a próxima etapa da luta abolicionista, Napoleão alegou: *"Para esse lugar, senhores moços, só um homem forte e novo como o Chico da Matilde, que é também jangadeiro, muito sério e amigo dos seus colegas da praia."*[97]

O Clube dos Libertos e os últimos anos

O envolvimento de Napoleão na Cearense Libertadora se aprofundou. Em 20 de março de 1881, ele foi eleito um dos diretores da associação.[98] Além disto, a atuação de Napoleão no movimento abolicionista nos meses após os trancamentos do porto é desconhecida. Como visto,

[95] Jornal do Commercio, 18 de março de 1881, 3, Gazeta do Norte, 30 de abril de 1881, 2, Jornal do Commercio, 20 de maio de 1881, 2.

[96] O Nordeste, 20 de janeiro de 1933, 1. Em 1881, Napoleão teria em torno de cinquenta e um anos. José do Nascimento seria mais tarde cognominado "Dragão do Mar" e teria participação decisiva no movimento abolicionista cearense.

[97] Ibid.

[98] Cearense, 22 de março de 1881, 1.

Isaac Amaral alegou que ele cedera sua posição de liderança no porto para Nascimento. É provável que sua decisão tenha sido motivada pelo desejo de evitar participar de ações subversivas, como o auxílio a fugas de escravos. Durante os trancamentos e posteriormente, suas atividades se limitaram a ser pacíficas, dentro da lei. Napoleão buscou congregar os libertos de Fortaleza em uma associação direcionada a combater a escravidão. A fundação do Clube dos Libertos ocorreu ao meio-dia de 28 de maio de 1882, na casa do 1º secretário da Cearense Libertadora, Antônio Bezerra (1841–1921). Antes, houve passeata, com banda de música e gritos empolgados de "viva" dos espectadores. Estiveram presentes mais de cinquenta libertos e diversos membros da Cearense Libertadora, inclusive sua diretoria. Após vários discursos, inclusive do liberto Raimundo Teodorico da Costa (c.1845–1912), foi concedida carta de alforria a um escravo. Napoleão foi escolhido o presidente da sociedade, enquanto Matias Tristão Madeira e Raimundo Teodorico se tornaram vice-presidente e secretário, respectivamente.[99]

Não é claro se o Clube dos Libertos era uma associação independente ou afiliada à Sociedade Libertadora, mas certamente surgiu a partir desta e com o seu apoio declarado. A nova sociedade tinha mais de oitenta sócios, todos ex-escravos, e tinha por objetivo único a abolição da escravidão. Não há indicação de que tivesse uma ideologia ou que fosse ligada a algum partido político.[100] A associação possuía um caráter eletivo, como visto em anúncio escrito por Raimundo Teodorico em 1884: *"Nenhum liberto tem o direito de recusar-se a concorrer com o seu voto, sob pena*

[99] Constituição, 1 de junho de 1882, 2. Os abolicionistas no Rio de Janeiro utilizaram um modelo semelhante de organização e ativismo, incluindo a associação com ex-escravos. Era, portanto, uma coalisão de segmentos distintos da sociedade, em prol de uma causa comum. Ver Needell, The Sacred Cause, 82–90. Aparentemente, os abolicionistas do Rio de Janeiro procuraram entender e adotar as táticas de seus correligionários cearenses, como pode ser visto na visita de José do Patrocínio ao Ceará, em 1882. Os cearenses, por sua vez, também foram influenciados pela imprensa e parlamentares combativos no Rio de Janeiro, e pelas conferências em que participaram abolicionistas de outras províncias, como Patrocínio (1882) e José Agostinho dos Reis (1884). De qualquer maneira, é notória a troca de informações e influência mútua de grupos abolicionistas em regiões distintas do Brasil. Ver Needell, The Sacred Cause, 103–112, 122–123, Moraes, A campanha abolicionista, 223–228, 364–365, Osório Duque Estrada, A Abolição (Brasília: Senado Federal, 2005), 92–105.

[100] Constituição, 28 de maio de 1882, 2.

de não amar a própria liberdade".[101] As reuniões do Clube dos Libertos eram realizadas na casa de Napoleão.[102] A principal maneira utilizada para avançar a sua causa era através da manumissão de escravos, com dinheiro angariado pelos sócios e por pessoas estranhas à sociedade. O jornal Constituição noticiou a entrega de quantia de 50 mil reais *"a seu digno presidente, o esforçado cidadão, José Napoleão"* e elogiou a atuação do Clube dos Libertos e de seus "incansáveis membros", sugerindo que trabalhavam com afinco pelo abolicionismo.[103]

Até mesmo Luceta foi mencionada ao lado de outras abolicionistas como tendo colaborado para festas de caridade.[104] O papel dos libertos e de outros grupos à parte das classes sociais mais elevadas não deve ser menosprezado, como visto nas greves de janeiro de 1881 e no envolvimento diligente da associação liderada por Napoleão à causa em oposição à escravidão. É devido a eles que as autoridades não agiram com maior empenho contra os abolicionistas. O presidente da província do Ceará, Domingos Antônio Raiol (1830–1912), posteriormente barão de Guajará, em carta ao presidente do conselho de ministros, João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821–1912) então visconde e mais tarde marquês de Paranaguá, tratando da Cearense Libertadora, reclamou que *"a mesma sociedade se haja desenvolvido e enraizado nas classes ínfimas da população, de modo que hoje torna-se perigoso combatê-la de frente."*[105] O temor maior por parte do governo era o de uma convulsão social de consequências imprevisíveis, não do fim da escravidão.

A presidência de Napoleão à frente do Clube dos Libertos veio ao fim em 11 de maio de 1884, com a eleição de uma nova diretoria, sendo sucedido na presidência por Raimundo Teodorico.[106] Após esta data, as

[101] Libertador, 8 de maio de 1884, 4

[102] Gazeta do Norte, 13 de agosto de 1882, 4.

[103] Constituição, 3 de setembro de 1882, 2.

[104] Libertador, 5 de abril de 1884, 3.

[105] Carta de Domingos Antônio Raiol, barão de Guajará, a João Lustosa da Cunha Paranaguá, marquês de Paranaguá, Fortaleza, 31 de dezembro de 1882. MFN:01719, Item 183 do catálogo da escravidão. I-DPP-31.12.1882-Rai.c-P.P.CE. Museu Imperial de Petrópolis.

[106] Libertador, 13 de maio de 1884, 2. A presidência de Napoleão pode ter acabado até antes, pois a eleição ocorreu devido ao falecimento de Matias Tristão, chamado de presidente e não de vice-presidente nos anúncios de jornal. Talvez Napoleão tenha renunciado. Os motivos e os eventos relacionados a uma possível renúncia, se ocorridos, são desconhecidos.

menções a Napoleão são cada vez mais reduzidas. Ele persistiu com a venda de seus produtos artesanais e ainda era chefe da capatazia da Bóris Frères em outubro de 1889.[107] É citado em lista de eleitores em setembro de 1890 e desaparece a partir de então.[108] Mas Napoleão viveu longos anos, falecendo somente em 25 de junho de 1913, devido a disenteria.[109] Foi enterrado no cemitério São João Batista, em local desconhecido. O mais provável é que seu corpo tenha sido depositado em sepultura temporária e transladado para vala comum posteriormente, pois não há registro de compra de jazigo perpétuo. A perda irreparável dos restos mortais de Napoleão estaria de acordo com sua vontade testamentária, em que requisitou que *"falecendo, será seu corpo sepultado no cemitério comum, com a maior simplicidade possível, se dizendo por sua alma algumas missas."*[110]

Napoleão parece ter caído no esquecimento. Em 1923, Rodolfo Teófilo afirmou: *"Há uma figura completamente apagada hoje, a do liberto José Napoleão, que grandes serviços nos prestou nos memoráveis dias de nossas lutas contra os negreiros."*[111] Até seu nome foi recordado erroneamente pelos pósteros. Em 1937, o jornal A Razão, ligado ao movimento operário, o relembrou como "Antônio José Napoleão" e como um dos *"maiores paladinos da grande causa."*[112] Em 1942, Isaac Amaral, com o intento de restaurar sua imagem, relembrou a importância

[107] Libertador, 14 de outubro de 1889, 2, ibid., 15 de fevereiro de 1887, 4. Toda documentação da Bóris Frères está no Arquivo Intermediário, em Fortaleza, abandonado e mal cuidado, como todo o resto naquele órgão do governo estadual. Talvez exista nessa documentação mais informações sobre Napoleão.

[108] Libertador, 11 de setembro de 1890, 3.

[109] Livro de Sepultamentos, v.18, manuscrito, 1912–1915, 55–56. A data corresponde ao enterramento de seus restos mortais. Napoleão pode ter falecido no dia anterior. Consta que faleceu com sessenta e cinco anos e que era solteiro. Teria, na realidade, em torno de oitenta e três anos. Talvez tenha obtido a anulação de seu casamento religioso com Simôa. Caso não, se trataria de mero erro no registro, algo bastante comum nos livros de enterramentos. Ainda não se sabe quando Luceta faleceu e o que aconteceu aos filhos do casal.

[110] Ver "Testamento solemne que faz Jose Luis Napolião," 118. Não foi possível ter acesso aos jornais contemporâneos, para saber se houve menção de seu falecimento, pois a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel está fechada para uma reforma interminável que perdura há mais de oito anos.

[111] O Nordeste, 5 de julho de 1923, 1. Durante os anos do movimento abolicionista, os senhores de escravos e aqueles acusados de defenderem a escravidão eram chamados de negreiros.

[112] A Razão, 25 de março de 1937, 11.

do liberto nos trancamentos iniciais do porto, mas também o chamou de "Antônio Napoleão".[113] Isaac Amaral soube definir com precisão o legado de Napoleão e de tantos outros abolicionistas. *"Os paladinos da campanha abolicionista do Ceará,"* ele lamentou, *"já hoje esquecidos repousam no túmulo como o Soldado Desconhecido."*[114]

Conclusão

Este artigo tem como argumento que a participação de José Luís Napoleão nas greves de janeiro de 1881 e a de libertos no movimento abolicionista foram cruciais para a extinção da escravidão no Ceará. Sem a sua liderança sobre os trabalhadores portuários, dificilmente os trancamentos teriam sido bem sucedidos. A atuação do Clube do Libertos, fundado e presidido por Napoleão, teve grande relevância para dissuadir as autoridades de enfrentarem os abolicionistas como um todo, por temor de que resultaria em agitação social. Napoleão e seus companheiros agiram dentro da lei e desejavam, como suas ações parecem demonstrar, eliminar a escravidão por meios pacíficos. Mas a mera presença de libertos e de outros membros de setores menos influentes da sociedade no abolicionismo foi o suficiente para prevenir uma reação mais vigorosa por parte do governo.

O caminho até a vitória foi longo e árduo. Napoleão nasceu escravo, assim como os demais sócios do Clube dos Libertos, e obteve sua liberdade após grande sacrifício pessoal e financeiro. Procurou para si as características elementares de um homem livre, que possibilitariam tanto distingui-lo de um escravo como gozar de maior inclusão e aceitação na sociedade. Mesmos com as restrições impostas pela lei e por preconceito, Napoleão se casou com uma mulher livre, foi votante, serviu na Guarda Nacional e se tornou proprietário de diversos imóveis. Ele trabalhou no porto de Fortaleza, primeiramente como carregador de mercadorias, até finalmente alcançar a posição de chefe das capatazias. Angariou a admiração e respeito de seus pares, sendo considerado um líder entre os trabalhadores portuários. Também reuniu um patrimônio considerável, que utilizou em parte para comprar a liberdade de outros escravos. De seu casamento com

[113] Correio do Ceará, 2 de março de 1942, 26.

[114] Ibid.

Simôa Maria da Conceição não deixou prole, eventualmente se separando e mantendo uma relação duradoura com Luceta Pereira de Andrade, com quem teve, aparentemente, diversos filhos. Luceta, tal como Napoleão, era parda, ex-escrava e alcançou independência financeira através de esforço próprio.

Foi no abolicionismo que Napoleão se destacou. Além de ter colaborado com a manumissão de escravos, foi sócio fundador do jornal abolicionista Libertador e membro da Cearense Libertadora, principal agremiação antiescravista no Ceará. Teve um papel crucial nas greves do porto ocorridas em 27, 30 e 31 de janeiro de 1881. Foi capaz de reunir milhares de pessoas para realizar o trancamento do porto e, assim, impedir o embarque e desembarque de escravos. Desta maneira, Napoleão e os demais abolicionistas lograram fechar o Ceará para o comércio escravista com outras províncias. Além disto, ele fundou o Clube dos Libertos, a primeira associação de ex-escravos no Ceará com finalidade política (isto é, abolir a escravidão) e que permitiu dar voz unificada a um setor marginalizado da sociedade em questões públicas. Não é possível mensurar a dimensão real do apelo popular do movimento abolicionista no Ceará sem compreender a vida de Napoleão e a existência do Clube dos Libertos. A historiografia os negligenciou por décadas, com algumas exceções. Longe de ser uma massa anônima, como Joaquim Nabuco observou, os setores populares da sociedade eram formados por indivíduos com motivações e anseios, como Napoleão. Espera-se que ele tenha sido finalmente retirado do esquecimento a que estava relegado, com o resgate de sua vida e atuação no abolicionismo.

***